

À ESPERA DE DEFINIÇÃO: OS SIGNIFICADOS IMPLÍCITOS DADOS PARA IDEOLOGIA NA CONSTRUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DOS CIENTISTAS POLÍTICOS BRASILEIROS

LETÍCIA BARON¹; DANIEL DE MENDONÇA²

¹Universidade Federal de Pelotas – letibaron@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – ddmendonca@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Após o período da redemocratização, a consolidação das garantias individuais e do liberalismo de associação criou clima propício para o pluralismo partidário. Passados vinte e sete anos da promulgação da Constituição de 1988, constam registrados no Tribunal Superior Eleitoral trinta e dois partidos.¹

Quando da reunião de tantos partidos em espaços de deliberação representativa, a governabilidade os exige aguda capacidade de negociação, a fim de constituir maiorias e viabilizar a concretização de projetos, o que por vezes poderia significar a defesa de posicionamentos não compatíveis com as principais bandeiras partidárias.

A compreensão desse complexo fenômeno foi desafio de diversos cientistas políticos, que traduziram em objetos de pesquisa e artigos científicos o funcionamento da máquina legislativa e o sistema de decisão parlamentar.

Nesse sentido, consequência lógica da atuação científica foi classificar os partidos em três blocos ideológicos distintos: o centro, direita e a esquerda. Basilar nesse quesito foram os resultados da pesquisa realizada por Limongi e Figueiredo em 1995, que classificou os partidos da época em gradientes ideológicos entre os dois opostos (direita e esquerda).

Sem a pretensão de reduzir a importância das preposições dos autores, tem-se que houve importantes modificações na organização partidária brasileira desde a publicação dos resultados da referida pesquisa, principalmente após a ascensão do Partido dos Trabalhadores à chefia do Poder Executivo. A dinâmica do funcionamento dos acordos interpartidários e da formação de maiorias nas Casas Legislativas arquitetou-se de forma deveras complexa, de tal sorte que a antiga proposição não necessariamente passou a reproduzir o atual posicionamento ideológico partidário.

Ciente dessa transformação, o presente artigo tem por objetivo buscar na literatura específica da Ciência Política nacional os significados mais corriqueiramente empregados para o vocábulo ideologia, a fim de verificar os significados implícitos relativos à palavra e sua correlação com o contexto político atual.

Há de se frisar, nesse sentido, que a presente linha investigativa compõe projeto de pesquisa denominado “Ideologia e Partidos Políticos no Brasil: uma nova metodologia de classificação”, vinculado ao Departamento de Sociologia e Política do IFISP da Universidade Federal de Pelotas.

2. METODOLOGIA

¹ Dados disponíveis em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>, consultados em 23 de julho de 2015.

Para a realização da presente pesquisa, foram analisados 104 artigos científicos publicados em conceituadas revistas nacionais – classificadas no qualis/Capes na Área de Ciência Política e Relações Internacionais como A1, A2, B1 e B2 – no período de 2003 a 2014. Dentro do universo de artigos, foram selecionados aqueles que continham as palavras “ideologia” e “partidos políticos” nas palavras-chave.

Inserido no contexto proposto pelos autores, foi objeto de investigação a significação da palavra “ideologia”, não perdendo de vista a correlação entre as análises dos autores e a realidade parlamentar brasileira.

Nesse sentido, mister destacar que a interpretação dos significantes da palavra ideologia seguiu a teoria do discurso proposta por Ernesto Laclau. Isso importa em afirmar que foram considerados como elementos discursivos, para além dos elementos gramaticais, os eventos políticos e sociais que permearam as análises dos autores. Eis que o autor e MOUFFE (1985) defendem que o discurso pode ser entendido como uma cadeia de sentidos que se relacionam e se constituem. Deste modo, toda prática social deve ser tida como discursiva, o que fora observado para análise da presente pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando da análise dos artigos selecionados, verificou-se que muitos deles reproduziam em seus textos a complexidade organizacional da democracia brasileira, tendo em conta que o alto índice de partidos só permite a formação de maiorias nas Casas Legislativas por meio da formação de consensos.

Contudo, inobstante a ideologia partidária influir decisivamente nas discussões públicas, verificou-se que se carece de maiores ponderações por parte dos cientistas políticos sobre a interpretação e os sentidos atribuídos ao vocábulo em seus textos. Regra geral, o termo é dado como autoexplicativo, dotado de sentido presumível e óbvio. Quando muito, há preocupação dos autores em atribuir algumas características a determinada posição ideológica, mas jamais o termo é abordado em sua completude de significado.

Tal concepção não poderia ser mais ambígua, tendo em conta o alto teor subjetivo e teórico que guarda o vocábulo, configurando-se em elemento essencial para o aprofundamento da discussão sobre a organização partidária brasileira.

Os autores que dispensaram preocupação em determinar o sentido dado à palavra ideologia – que foram significativa minoria dentre os artigos analisados – remeteram-se a pesquisa realizada por Limongi e Figueiredo em 1995, que dividiu os partidos brasileiros da seguinte forma: PP, DEM, PTB e PR na direita; PSDB e PMDB no centro e; PT, PSB, PDT, PCdoB e PPS na esquerda.

É inquestionável a contribuição dos autores para a classificação ideológica dos partidos políticos, mas tem-se que ela não se encontra atualizada a nova dinâmica nacional. Eis que, desde 1995, os partidos políticos amadureceram sua forma de compreender o mundo e adaptaram-se às regras do jogo democrático, bem como foram condicionados a conviver com novos partidos inexistentes em 1995, que poderiam influir de forma decisiva na classificação ideológica proposta pelos autores.

Ciente de tal cenário, a presente pesquisa debruçou-se sob a investigação dos sentidos implícitos atribuídos à palavra ideologia nos artigos científicos produzidos pelos cientistas políticos, chegando a quatro significados mais recorrentes: ideologia como visão de mundo melhor, como guia de ações, como concepção teórica e como nada.

O sentido mais recorrentemente encontrado – presente em 25,6% dos textos analisados – é ideologia como guia de ações. Via de regra, os autores cunham tal vocábulo vinculando-o ao entendimento de que partidos de esquerda vem a se guiar pela defesa de políticas vinculadas a promoção da inclusão social e a diminuição da pobreza. Os partidos de direita, por sua vez, estariam guiados a defesa de ideias vinculadas ao desenvolvimento econômico e menor intervenção estatal. À exemplo do alegado, destaca-se os textos produzidos por BRAGA (2003) e FERREIRA (2009).

O segundo sentido mais recorrente, encontrado em 24,3% dos textos, vem a tratar ideologia como visão de mundo melhor. Nesse sentido, o vocábulo é empregado com o objetivo de justificar as motivações e concepções partidárias com relação a que seria mais benéfico para a sociedade, como pode se verificar em PAIVA E TAUROCO (2011) e VEIGA (2011).

Nesse sentido, é importante frisar de uma tendência bibliográfica que tendeu a ascender uma análise dos partidos no período em que a presidência da república ficou a cargo do Partido dos Trabalhadores de tratar a ideologia enquanto visão de mundo melhor, mas deixando transparecer a tendência dos partidos de abdicar posições mais compatíveis com suas condições ideológicas em prol de acordos interpartidários e de apoio político, visando a governabilidade. Tal tendência apareceu em 12,8 dos textos analisados, como, por exemplo em BAQUEIRO E LINHARES (2011).

O terceiro sentido mais recorrente é o de ideologia como nada, presente em 15,38% dos textos analisados. Via de regra, tal vocábulo vem associado a análises de elementos que não consideram aspectos de crença filosófica ou de construção ideológica, mas pura e simplesmente preferencias pessoais ou a seleção de situações que poderiam trazer maior sucesso profissional – como, por exemplo, a mudança para partidos que poderiam oferecer maiores condições de elegibilidade. Há de se frisar que esse último conceito vem relatado em 12,8% dos textos analisados, destacando-se os trabalhos feitos por CARVALHO e AQUINO (2011).

Por fim, o sentido menos recorrente atribuído a palavra ideologia é a utilização do vocábulo vinculando-o à construções de teoria política, com vias a justificar sistemas de governo, sistemas de representação ou sistemas econômicos. Nesse sentido, há de se citar as pesquisas realizadas por COSTA (2000).

4. CONCLUSÕES

Conforme possível observar, atualização do conceito de ideologia é indispensável a análise atualizada da organização partidária brasileira.

Nesse sentido, o presente trabalho – longe de esgotar as dimensões do assunto – teve por finalidade atribuir os sentidos mais corriqueiros dados pelos cientistas políticos aos termos, quais sejam: ideologia como visão de mundo melhor, ideologia como guia que determina ações, ideologia como nada e, por fim, ideologia como concepção teórica.

Os dados colhidos na presente pesquisa possibilitarão a discussão de novas análises ideológicas dos partidos brasileiros, contribuindo para a redução do longo abismo estabelecido entre a concepção teórica do tema e a prática partidária cotidiana.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LACLAU, Ernesto ; MOUFFE, Chantal. Hegemony & socialist strategy: towards a radical democratic politics. London: Verso, 1985. 198 p.

BAQUEIRO, Marcello; LINHARES, Bianca. Porque os brasileiros não confiam em partidos políticos? Bases para compreender a cultura política (anti) partidária e possíveis saídas. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 5, n° 1. 2011. p.90-114.

BRAGA, Rui. Velhas ideologias para a “nova esquerda”. Tarso Genro e o revisionismo contemporâneo. REVISTA OUTUBRO, São Paulo, n° 02, 2003, p 31-45.

CARVALHO, Rejane Maria. AQUINO, Jakson. A derrota de Tasso Jareissati na disputa para o Senado de 2011: Como entender a dissolução de suas bases eleitorais? REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 5, n. 2, jul.-dez. 2011. p. 145-180.

COSTA, Paulo Roberto. Dossiê Democracia, Políticos e Partidos. REVISTA SOCIOLOGIA E POLÍTICA, Curitiba, n° 15. Novembro de 2000, p. 3-10.

FERREIRA, WALLACE. Política Externa do Governo Lula. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.3, n.1, jan.-jun. 2009, p 100-125.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Partidos políticos na câmara dos deputados: 1989-1994. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 38, no 3, 1995, p 497-525.

PAIVA, DENISE. TAROCO, Gabriela. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. OPINIÃO PÚBLICA. vol.17 no.2 Campinas Nov. 2011, p. 85-100.

VEIGA, Luciana. O partidarismo no Brasil (2002/2010). OPINIÃO PÚBLICA. vol.17 no.2 Campinas Nov. 2011. P. 55-70.